

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
ERMESINDE



Relatório e Contas
do Exercício de 2017

Relatório da Direção

RELATÓRIO

Nos termos da legislação em vigor e de acordo com os Estatutos da Associação, vem a Direção apresentar o Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2017.

Com rigor, apresenta-se o que foi a ação traçada pela Direção para o ano de 2017, cujas metas propostas na apresentação do Plano e Orçamento estão, quanto a nós, cumpridas.

Como se verifica pela Demonstração de Resultados, houve um ligeiro decréscimo no valor dos Serviços Prestados relativamente a 2016, o que não significa que não se tenha dado resposta a todas as solicitações em emergência ou transporte de doentes não urgentes, antes sim, na menor procura de outros serviços, como limpeza de estradas ou fornecimento de água.

Os elevados investimentos levados a cabo no exercício agora terminado, com a aquisição de viaturas e equipamento de proteção individual, ao que acresce os aumentos salariais resultantes da lei e acordos e, também a admissão de três funcionários para preenchimento do Quadro, resultam, como é óbvio, num aumento substancial de encargos, obrigando a um rigor profundo e cuidado na gestão financeira da Associação.

Verifica-se um elevado aumento do custo com serviços externos, nomeadamente na rubrica Conservação e Reparação, o que poderá parecer um paradoxo, pois as viaturas adquiridas substituíram as que mais vezes recorriam a reparações. O ano de 2017, atípico em termos de fogos, originou a que o nosso Corpo de Bombeiros ocorresse a um maior número de solicitações por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), facto que provocou muitos danos nas nossas viaturas e que tiveram que ser reparadas para estarem operacionais quando necessário. Para tal, sendo viaturas pesadas, recorremos a serviços externos, com o consequente envio das faturas à ANPC, para ressarcimento dos gastos originados por tais despesas.

Essas despesas, com valores substanciais ainda não liquidados no dia de hoje, são transferidos para a Associação como que sendo um subsídio, não o sendo de facto, pois constituem um valor para liquidação de um serviço prestado, que a Associação já liquidou ou que vai liquidar junto do prestador do serviço.

Esta é uma das razões que leva a população a dizer “os bombeiros recebem muito dinheiro de subsídios”.

Quanto ao movimento associativo, continua a quotização dos Associados a ser a melhor receita da Associação, pese embora, que mesmo com a entrada de novos Associados no final do ano verifica-se, desde 2011 para cá, que o número de Associados vai decrescendo de ano para ano. É nossa perceção que tal realidade tem por base dois fatores:

A dificuldade económico-financeira das famílias, mesmo considerando o valor da quota bastante baixa e o falecimento de muitos dos Associados, pois pelo que temos verificado, é o escalão etário da terceira idade, e já bastante avançada, aquele que se vai mantendo como Associado.

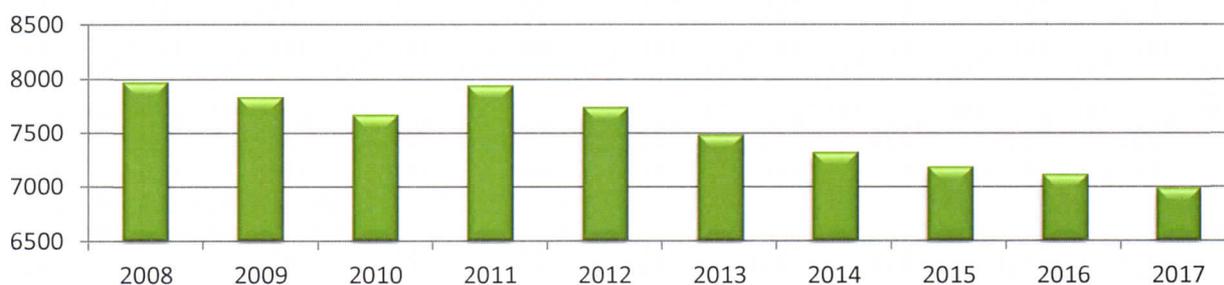
O mesmo se verifica com grande predominância nas novas admissões.

Enquanto responsáveis pelos destinos da Associação, temos a convicção de uma gestão criteriosa e apurada, procurando sempre as melhores soluções para que os meios materiais e os recursos financeiros não ponham em causa a operacionalidade do nosso Corpo de Bombeiros nem o futuro da Associação.

Movimento associativo:

Durante o ano de 2017 foram admitidos 238 Associados, tendo desistido por motivos vários 366, o que reflete uma diminuição de 128 Associados. Atualmente é de 6991 o número de Associados Efetivos com as quotas em dia, mantendo a tendência dos últimos anos.

Evolução Movimento Associativo



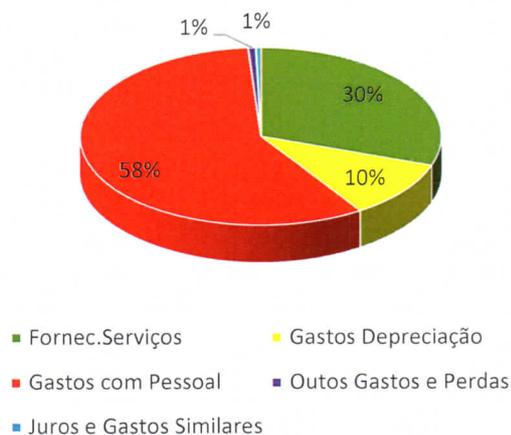
Gestão Financeira:

Da análise comparativa com os valores realizados em 2016 é possível retirar as seguintes conclusões, em termos de resultados de exploração:

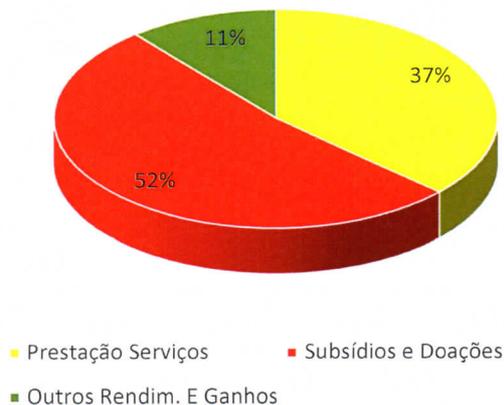
- a) Resultados líquidos: € - 45.780,31, (€ 31.186,16 em 2016);
- b) O EBITDA é no exercício de € 51.980,91, contra € 120.984,15 do exercício anterior.

Principais elementos Operacionais da Associação:

Custos



Proveitos



Fornecimentos e Serviços:

Verificou-se um aumento de € 81.141,69 em relação ao ano anterior, fixando-se nos € 274.060,05, fruto do aumento dos custos de manutenção (de viaturas e materiais) e também do valor de combustíveis, devido à intensa época de incêndios florestais.

Gastos com o Pessoal:

Fixaram-se nos € 524.217,09, verificando-se um aumento de € 45.189,17 em relação ao exercício anterior, justificado pelo aumento do quadro de pessoal (3 novos colaboradores) e pelo ajuste salarial

Gastos de Depreciações e Amortizações:

Totalizam € 93.518,24 (€ 88.591,61 em 2016).

Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Verificou-se um aumento de € 3.038,71, totalizando a quantia de € 4.245,09, justificado pela aquisição de duas novas ambulâncias (ambulância de socorro e ambulância de transporte de doentes) através de financiamento bancário.

Prestações de serviços:

Ascenderam a € 315.951,56, verificando-se uma diminuição de € 13.329,08 em relação ao exercício anterior, derivado à diminuição da prestação de serviços de transporte de água que tinha sido excecionalmente elevado em 2016.

Subsídios, doações e legados à exploração:

Totalizaram € 446.748,75 (€ 395.468,21 do exercício anterior) registando por isso um aumento de € 51.280,54, justificado pelo aumento das participações na época dos fogos florestais (€ 20.328,45), dos valores de donativos recebidos de particulares e empresas (€ 28.192,79), neste caso devido ao pedido efetuado no último trimestre de 2017.

Outros rendimentos e ganhos:

Atingiram o montante de € 93.518,24, sendo este valor distribuído essencialmente pelas rubricas de rendimentos de imóveis (€ 31.969,62) e subsídios para investimentos (€ 43.248,62), alienações (€ 18.300,00), verificando-se um aumento de € 22.503,83 relativamente ao exercício de 2016.

NATAL do BOMBEIRO

Realizou-se no Salão Nobre da Associação o já habitual convívio de Natal contando com a presença do Comando, Corpo Ativo, Quadro de Honra, demais colaboradores e respetivas famílias bem como os Órgãos Sociais. De salientar, neste ano, para além da realização do habitual espetáculo de variedades, organizado

pelo Corpo Ativo, foi organizado um jantar de Natal para todos os colaboradores da Associação, que ajudou a dar mais brilho à época festiva.

AGRADECIMENTOS

- A todas as entidades que contribuíram com subsídios e/ou donativos, nomeadamente a Autoridade Nacional de Protecção Civil, Instituto Nacional de Emergência Médica, Câmara Municipal de Valongo, Juntas de Freguesia de Ermesinde e Alfena, Empresas, Particulares e Associados;
- À Assembleia-Geral pelo desempenho demonstrado no acompanhamento dos assuntos de interesse para a Associação;
- Ao Conselho Fiscal que, cumprindo as disposições legais, actuou sempre com elevado espírito de colaboração;
- Ao Comando, ao Corpo de Bombeiros e restantes colaboradores, pela dedicação e empenho em todas as suas ações que muito contribuíram para elevar o prestígio da nossa Associação;
- À Comunicação Social em geral pela divulgação da actividade e actos mais relevantes da Associação.

VOTOS de PESAR

Pelo falecimento de Bombeiros, familiares e Associados.

Ermesinde, 31 de Dezembro de 2017

A DIRECÇÃO

Presidente – **Jorge Manuel Gonçalves Videira**



Vice-Presidente – **Rodrigo Fernando Dias Monteiro**

AUSENTE

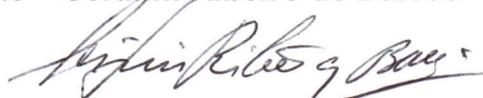
Tesoureira – **Maria de Fátima Pereira de Sousa**



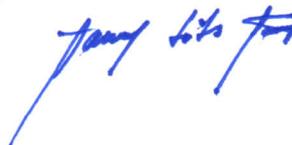
Primeiro Secretário – **Glória Maria Alves Barros**



Segundo Secretário – **Serafim Ribeiro de Barros**



Primeiro Vogal – **Manuel Silva Martins**



Segundo Vogal – **Estevão Filipe Ferreira de Carvalho Campos**



Balanço

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ermesinde

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2017	31 Dezembro 2016
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	1.932.708,50	1.815.346,89
Propriedades de investimento		69.173,27	69.173,27
Activos intangíveis			
Fundadores/benem./patroc./doadores /associados/ membros			
Outros activos financeiros		401,02	148,51
Outras contas a Receber			
Total do activo não corrente		2.002.282,79	1.884.668,67
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	7	9.347,12	10.514,31
Clientes		47.840,70	52.452,29
Adiantamentos a fornecedores			1.000,00
Estado e outros entes públicos	10	13.783,34	7.309,53
Fundadores/benem./patroc./doadores /associados/ membros			
Outras contas a receber		7.523,03	5.675,67
Diferimentos		40.658,14	2.558,40
Caixa e depósitos bancários	4	22.223,24	112.522,17
Total do activo corrente		141.375,57	192.032,37
Total do activo		2.143.658,36	2.076.701,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos		1.576.105,77	1.576.105,77
Reservas			
Resultados transitados		(13.473,86)	(44.660,02)
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		291.998,40	328.977,34
Resultado líquido do exercício		(45.780,31)	31.186,16
Total dos Fundos Patrimoniais	8	1.808.850,00	1.891.609,25
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Financiamentos obtidos		65.167,87	37.306,94
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		65.167,87	37.306,94
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	9	122.377,67	39.343,02
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	10	24.682,38	20.693,71
Financiamentos obtidos		44.865,49	20.065,44
Diferimentos		220,50	126,00
Outras contas a pagar	9	77.494,45	67.556,68
Total do passivo corrente		269.640,49	147.784,85
Total do passivo		334.808,36	185.091,79
Total do Fundos Patrimoniais e do Passivo		2.143.658,36	2.076.701,04

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2017

Demonstração de Resultados

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ermesinde

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	11	315.951,56	329.280,64
Subsídios, Doações e Legados à exploração	12	446.748,75	395.468,21
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	13	(274.060,05)	(192.918,36)
Gastos com o pessoal	14	(524.217,09)	(479.027,92)
Outros rendimentos e ganhos	16	93.518,24	71.014,41
Outros gastos e perdas	17	(5.960,50)	(2.832,83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51.980,91	120.984,15
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	15	(93.516,13)	(88.591,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(41.535,22)	32.392,54
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	18	(4.245,09)	(1.206,38)
Resultado antes de impostos		(45.780,31)	31.186,16
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		(45.780,31)	31.186,16

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ERMESINDE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	+ 330.326,47	320.467,56
Pagamentos a fornecedores	- 199.025,40	193.808,23
Pagamentos ao pessoal	- 507.199,90	468.523,70
Caixa gerada pelas operações	(375.898,83)	(341.864,37)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	+/- 338.552,51	385.456,70
Fluxos das actividades operacionais [1]	(37.346,32)	43.592,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	- 53.954,67	17.748,74
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	+ 252,51	125,47
Outros activos	- 54.207,18	17.874,21
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	+ 7.000,00	7.200,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	+ 31.969,62	15,78
Outros activos		26.254,62
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	+ 38.969,62	33.470,40
Fluxos das actividades de investimento [2]	(15.237,56)	15.596,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	+	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	+ -	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	- 33.469,96	11.201,50
Juros e gastos similares	- 4.245,09	
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento	+ 37.715,05	11.201,50
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(37.715,05)	(11.201,50)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(90.298,93)	47.987,02
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	112.522,17	64.535,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/- 22.223,24	112.522,17

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Demonstração de
Alteração de Fundos
Patrimoniais

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ERMESINDE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO PATRIMONIAL

NO PERÍODO 2017

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de Janeiro de 2017	-	1.576.105,77		(44.660,02)			328.977,34	31.186,16	1.891.609,25
Alterações no período:									
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior (reexpresso)				31.186,16				31.186,16	
Efeitos do registo de doações obtidas no exercício									
Reconhecimento de subsídios ao investimento									
Outras variações reconhecidas nos fundos patrimoniais		1.576.105,77		(13.473,86)			(36.978,94)		(36.978,94)
							291.998,40		1.854.630,31
Resultado líquido do exercício								(45.780,31)	(45.780,31)
Resultado Extensivo								(45.780,31)	(45.780,31)
Posição em 31 de Dezembro de 2016		1.576.105,77		(13.473,86)			291.998,40	(45.780,31)	1.808.850,00

Anexo

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ermesinde

Anexo às Demonstrações Financeiras Anuais do período findo em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde (Instituição de Utilidade Pública), também denominada Bombeiros Voluntários de Ermesinde, tem como objetivo principal manter um corpo de bombeiros voluntários, socorrer feridos e doentes e proteger, por qualquer outra forma, vidas humanas e bens.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e encontram-se aprovadas pela Direção, na reunião de 22 de março de 2018. As mesmas foram sujeitas ao parecer do Conselho Fiscal, nos termos do Estatutos da Associação.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (“NCRF-ESNL”).

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	4
Equipamento de Transporte	8
Ferramentas e Utensílios	8
Equipamento Administrativo	8
Outras Ativos Fixos Tangíveis	8

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incursas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, as edificações urbanas e propriedades rústicas que não se encontram afetas à atividade operacional da Associação mas são detidas essencialmente para a obtenção de rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

Os imóveis, recebidos por herança ou doação, encontram-se registados pelo valor matricial, cujo impacto no Fundo Patrimonial foi, naquela data, de aproximadamente 106.000,00 Euros; os restantes encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de ajustamentos em inventários”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Associação consiste no custo médio.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF-ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários.

c) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

3.9 Subsídios do Governo e Outros Apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições a ele associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente, imputadas numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Associação, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio pode tornar-se recebível pela Instituição como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.10 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;

- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente das propriedades de investimento é registado na rubrica “ Outros rendimentos e ganhos - Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento”.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que permita atividades presentes e futuras fluam para a associação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Análises de imparidade de participações financeiras;
- d) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

3.12 Impostos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção da Associação entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3.16 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.17 Especialização de períodos

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.18 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 detalha-se conforme se seguem:

	2017	2016
Numerário	2.614,05	2.525,63
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	19.609,19	109.996,54
	<u>22.223,24</u>	<u>112.522,17</u>

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas e/ou correções de erros materialmente relevantes face ao período anterior.

6 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2017							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipa. Transporte	Equipa. Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	
Ativos								
Saldo Inicial	28.471,38	2.273.506,78	1.283.678,05	-	119.670,46	185.995,83	-	3.891.322,50
Aquisições	-	-	201.014,37	-	7155,32	4.208,04	-	212.377,73
Alienações	-	-	-9.445,26	-	-	-	-	-9.445,26
Transferências e Abates	-	-	-106.210,76	-	-26.897,87	-14.434,99	-	-147.543,61
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	28.471,38	2.273.506,78	1.369.036,41	-	99.927,91	175.768,88	-	3.946.711,36
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo Inicial	-	1.040.584,69	780.646,26	-	72.170,49	182.574,17	-	2.075.975,61
Depreciações do Período	-	55.417,99	27.750,72	-	6.090,37	4.257,05	-	93.516,13
Perdas por Imparidade do Período	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-9.445,26	-	-	-	-	-9.445,26
Transferências e Abates	-	-	-104.710,76	-	-26.897,87	-14.434,99	-	-146.043,61
Outras Variações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	1.096.002,68	694.240,96	-	51.362,99	172.396,23	-	2.014.002,86
Ativos Líquidos	28.471,38	1.177.504,10	674.388,45	-	48.564,92	3.372,65	-	1.932.708,50

Em 31 de dezembro de 2017, as depreciações do período, no montante de 93.516,13 €uros, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”.

O Ativo Fixo Tangível neste período foi reforçado com a aquisição de duas viaturas, uma pesada e outra ligeira, de combate florestal, e um veículo de comando, respetivamente.

Adquiriram-se ainda duas ambulâncias, sendo uma destinada ao socorro e a outra ao transporte de doentes.

O Ativo foi ainda aumentado devido às grandes reparações em algumas viaturas, tendo igualmente sido estimado o seu aumento da vida útil.

Como equipamento básico, foram adquiridos equipamentos de proteção individual de cerca de 10.000 euros e como equipamento administrativo, foram adquiridos equipamentos informáticos no montante de cerca de 7.200 euros.

Foi abatido ao ativo por venda, uma viatura ligeira obsoleta, de combate florestal, pelo valor de 7.000,00 euros, e que se encontrava totalmente depreciada. Foram ainda entregues três viaturas ligeiras para abate em fim de vida.

Foram ainda abatidos ao ativo, diverso material de incêndio e administrativo, como equipamento informático obsoleto e avariado.

7 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2017			2016		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	9.347,12	-	9.347,12	10.514,31	-	10.514,31
	<u>9.347,12</u>	<u>-</u>	<u>9.347,12</u>	<u>10.514,31</u>	<u>-</u>	<u>10.514,31</u>

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos patrimoniais

O valor do Fundo Social foi apurado em 1990, aquando da adoção, pela Instituição, do POC. Consequentemente, a situação patrimonial da Instituição (Fundo Social) foi apurada como resultado da avaliação dos seus ativos e do registo dos seus passivos naquela data.

Resultados Transitados

Conforme deliberado pela Direção em 16 de março de 2017, o Resultado Líquido do Período de 2016 foi transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

9 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Passivo Financeiro não corrente:		
Financiamentos obtidos	65.167,87	37.306,94
Passivo Financeiro corrente:		
Financiamentos obtidos	44.865,49	20.065,44
Fornecedores	122.377,67	39.343,02
Outras Contas a Pagar	77.494,45	67.556,68
	<u>309.905,48</u>	<u>164.272,08</u>

Verifica-se um aumento do Passivo Financeiro de longo prazo, devido essencialmente ao financiamento da aquisição de duas ambulâncias, uma destinada ao socorro e outra ao transporte de doentes.

Quanto ao Passivo Financeiro de curto prazo, verifica-se um aumento principalmente na conta de Fornecedores, que corresponderá ao crédito obtido junto das oficinas reparadoras de veículos, fornecedores de combustível, de peças, etc. Nesta rubrica de Fornecedores está também incluído o montante em dívida da aquisição de um dos veículos de combate florestal.

10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		5.323,05		3.446,19
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	13.783,34	1.953,06	7.309,53	2.541,18
Contribuição para a Segurança Social		17.373,43		14.694,23
Fundos de compensação		32,84		12,11
	<u>13.783,34</u>	<u>24.682,38</u>	<u>7.309,53</u>	<u>20.693,71</u>

Em 31 de dezembro de 2017, os reembolsos pedidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) são no montante de 13.783,34 Euros e dizem respeito à restituição do IVA, que foi suportado pela Associação nas aquisições de bens ou serviços relacionados com o seu objeto social.

11 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é detalhado conforme se segue:

Rédito

	2017	2016
Prestação de Serviços	315.951,56	329.280,64
Rendas e Outros rendimentos em Propriedades de Investimento	31.969,62	26.254,62
	<u>347.921,18</u>	<u>355.535,26</u>

A conta de “Prestação de Serviços” apresenta uma diminuição de cerca de 4,1%, justificada especialmente pela ausência da prestação de serviços ocasionais de transporte de água, que ocorreu no ano anterior.

A conta “Rendimentos de Propriedades de Investimento” manifesta um aumento de cerca de 21%, devido a uma maior ocupação das salas de formação.

12 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Associação beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	2017	2016
Subsídios à Exploração		
Autoridade Nacional Proteção Civil	284.804,84	278.144,70
Câmara Municipal de Valongo	103.599,96	86.379,96
Junta Freguesia de Ermesinde	5.859,00	7.199,00
Junta Freguesia de Alfena	1.000,00	2.500,00
IEFP - Medida Contrato-Emprego	2.047,61	0,00
Donativos	49.437,34	21.244,55
	<u>446.748,75</u>	<u>395.468,21</u>

Esta conta apresenta um aumento aproximado de 13% em relação ao ano anterior, resultante do prolongamento da campanha da época dos fogos florestais, aumento do subsídio camarário e pelo relevante aumento dos donativos.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Trabalhos especializados	8.479,04	6.676,07
Publicidade e propaganda	612,54	640,95
Vigilância e segurança	1.336,95	542,37
Honorários	30.206,79	2.952,00
Comissões	25.240,00	25.891,06
Conservação e Reparação	88.285,96	56.097,93
Eletricidade	15.310,64	15.055,29
Serviços bancários	1.091,16	882,55
Livros e documentação técnica	198,00	0,00
Material de escritório	5.519,42	4.713,48
Artigo para oferta	339,02	0,00
Combustíveis	58.116,58	48.591,80
Rendas e Alugueres	1.750,27	942,53
Água	2.269,53	582,77
Comunicação	6.721,82	6.215,75
Seguros	8.469,69	8.301,96
Outros Materiais	7.497,22	7.560,81
Contencioso e Notariado	265,20	255,30
Limpeza, Higiene e Conforto	3.512,91	1.721,54
Deslocações e Estadas	3.765,12	609,35
Outros	5.072,19	4.684,85
	<u>274.060,05</u>	<u>192.918,36</u>

Esta conta apresenta um aumento global de cerca de 42% em relação ao ano anterior, devido essencialmente às reparações de viaturas e combustíveis.

13 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações Certas	292.487,87	243.458,81
Remunerações adicionais	123.431,71	125.721,96
Indemnizações	2.100,00	5.592,00
Encargos sobre remunerações	82.272,26	69.902,65
Seguros Acid. Trabalho e Doenças Profissionais	3.832,56	12.012,16
Gastos de Ação Social	4.089,54	4.194,50
Outros	16.003,15	18.145,84
	524.217,09	479.027,92

Os Gastos com Pessoal sofreram um aumento de 9,4% justificado pelos ajustamentos salariais e pela admissão de três novos trabalhadores.

14 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	93.516,13	88.591,61
	93.516,13	88.591,61

O montante das depreciações calculado é ligeiramente superior ao ano precedente, devido à aquisição de elementos do Ativo Fixo Tangível.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Alienações de Ativo	18.300,00	7.200,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos Suplementares	0,00	3.017,30
Rendimentos e Ganhos em investimentos financeiros	0,00	0,12
Rendimentos e Ganhos em investimentos não financeiros	31.969,62	26.519,37
Imputação de subsídios para investimentos	36.978,94	36.978,94
Correções relativas anos anteriores	0,00	67,84
Outros	6.269,68	513,01
	93.518,24	71.014,41

15 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 é conforme se segue:

	2017	2016
Impostos	962,55	699,21
Quotizações	500,00	750,00
Abate Ativo fixo Tangível	1.500,00	0,00
Ofertas e Amostras de Existências	1.728,60	98,90
Outros Gastos e Perdas	309,59	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	959,76	340,00
Multas e Penalidades	0,00	944,72
	<u>5.960,50</u>	<u>2.832,83</u>

16 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Juros Suportados		
Financiamentos Bancários	4.245,09	1.206,38
Outros Financiamentos	<u>4.245,09</u>	<u>1.206,38</u>
	<u>4.245,09</u>	<u>1.206,38</u>

O aumento dos encargos financeiros diz respeito ao financiamento da aquisição de duas ambulância, uma de socorro e outra de transporte de doentes.

17 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas.

Parecer do Concelho
Fiscal



**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017
DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
ERMESINDE**

Em cumprimento da legislação em vigor e de acordo com o estabelecido nos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde, o Conselho Fiscal, em reuniões ordinárias dos seus membros, fez a sua apreciação crítica do Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017:

1. No decorrer deste exercício foi trimestralmente verificada e acompanhada a actividade desenvolvida pela Associação, dando sempre a sua opinião quando solicitada.
2. Em paralelo, foi examinada a documentação contabilística, que encontrou em boa ordem de arquivo, a qual fundamenta todas as receitas e despesas da Associação.
3. Este Conselho apreciou igualmente o Relatório da Direcção, as Demonstrações Financeiras e o Anexo às mesmas, os quais satisfazem as disposições legais aplicáveis e reúnem, numa síntese, todos os dados necessários a uma visão global da situação económico-financeira da Associação.
4. Manifestamos à Direcção o nosso apreço pelo seu empenho e capacidade de gestão da actividade da Associação, bem como aos Serviços Administrativos pela organização e zelo postos no seu desempenho e pela colaboração pronta e eficaz prestada ao Conselho Fiscal, apesar das graves dificuldades que as Associações de Bombeiros atravessam, contribuindo para tal os cortes e agravamentos de diversos encargos, que entretanto vão sendo minimizados pela existência de receitas extraordinárias
5. Face ao supra explanado é o Conselho Fiscal de Parecer que os Senhores Associados aprovelem:



- a) – O Relatório e Contas do Exercício de 2017 apresentado pela Direcção.
- b) – Um voto de louvor ao Comando, Bombeiros e a todos os colaboradores da Associação, pela capacidade de trabalho, dedicação e empenho manifestado ao longo de 2017, em prol das populações e seus haveres servidas ao longo de 2017.
- c) – Um voto de louvor à Direcção, quer pelo trabalho realizado em prol do engrandecimento desta Associação, quer como da melhoria do desempenho operacional dos B. V. Ermesinde, em prol das populações que servem e na expectativa que se mantenha este rigor na gestão patrimonial desta Associação, devido ao período difícil que se adivinha.

Ermesinde, 22 de Março de 2018

Presidente:

José Alberto Ferreira da Silva

Vice-Presidente:

Manuel Moreira Alves

Secretário-Relator:

José Teixeira Oliveira